

Senadores avaliam que Congresso resgatou a sua credibilidade em 92

832
GERALDA FERNANDES

O resgate da credibilidade do Congresso Nacional junto à população e a retomada da ação fiscalizadora dos atos do Poder Executivo pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados são apontados como o ponto mais alto e positivo no campo político neste ano. A opinião é unânime entre seis senadores que fizeram para o Jornal de Brasília uma avaliação da situação política do País nos últimos 218 dias — desde as denúncias feitas contra o empresário Paulo César Farias, em 25 de maio, e que resultaram no processo de impeachment do presidente afastado, Fernando Collor, com julgamento marcado para esta terça-feira.

“Tenho absoluta consciência que os índices de credibilidade que alcançamos e que são inéditos na história republicana se devem sobretudo à consciência cívica dos nossos senadores e deputados, que em nenhum momento descumpriram o mandato que lhes foi outorgado. Reabilitamos o prestígio da investigação parlamentar”, afirmou o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), presidente do Congresso. Com ele, faz coro o líder do PMDB, senador Humberto Lucena. “A grande lição que tivemos é que o Congresso conseguiu, com esse seu papel, resgatar em parte a sua imagem de tal sorte que as pesquisas de opinião pública lhe dão hoje uma maior credibilidade”, disse, acrescentando ainda o fato de que a fiscalização do Congresso dos atos do Executivo “serviu para inibir outros atos de corrupção passiva e ativa na administração pública, a partir do momento em que a sociedade sentiu que acabou o período da impunidade no País”.

Na opinião do vice-líder do PFL e um dos defensores do presidente afastado, senador Odacir Soares, “o processo político brasileiro, a partir da CPI, demonstrou uma certa seriedade e estabilidade na condução da manutenção das instituições democráticas brasileiras”. Por outro lado, acrescentou o senador, o processo demonstrou também uma grande fragilidade das instituições. “Regras essenciais a qualquer processo democrático deixaram de ser conscientemente cumpridas de modo a que se atendesse um fim eminentemente eleitoral-político, no sentido do dia-a-dia dos partidos. No mesmo momento em que a transição entre o presidente Collor e o presidente Itamar se fez sem trauma, nós não chegamos sem trauma institucional a esta situação”, justificou.

Apesar de acreditar que a troca

do Presidente seria mais tranquila em um regime parlamentarista de governo, o líder do Governo no Senado, Pedro Simon (PMDB-RS), reconhece ser esta a crise mais democrata do presidencialismo brasileiro. “O Congresso está funcionando, o Poder Judiciário está funcionando, a sociedade, os trabalhadores e estudantes, todos, estão vivendo na maior tranquilidade. Tudo está sendo feito dentro da maior normalidade e olha a confusão que está dando. Se viesse o parlamentarismo, não precisava ter criado CPI porque não precisa provar que alguém é corrupto, basta ter a fama na opinião pública”, disse.

Para o ex-líder do Governo, senador Ney Maranhão (PRN-PE), embora reconhecendo o aumento da credibilidade junto à opinião pública, o Brasil está vendo a repetição de um filme. “É o mesmo filme de quando as multinacionais se juntaram e derrubaram o presidente Getúlio Vargas. O presidente Collor foi eleito contra a classe política, bateu nos cartéis, assumiu o Brasil quando estava quebrado e não tinha nenhum crédito, com uma inflação de quase 90%, deixa um saldo de 24 bilhões de dólares de reserva cambial e faz os melhores acordos da dívida externa e isso exasperou essa gente”, disse o senador, referindo-se aos que defendem o afastamento definitivo do presidente Collor.

“Hoje nós temos uma aliança de governabilidade e esse é o fato político mais significativo”, ressaltou o senador Mário Covas (PSDB-SP). “Essa crise serviu para mostrar o índice de maturidade a que nós chegamos após a Constituição de 1988. Tudo isso está acontecendo em um país de Terceiro Mundo e as instituições continuam funcionando normalmente, um dos aspectos mais positivos para o fortalecimento da democracia”, destacou.

Stuckert Filho 13.05.92



Benevides: Investigações parlamentares reabilitadas

Givaldo Barbosa 21.05.92



Lucena: ação inibiu outros atos de corrupção